

*Sem Deus nem Rei? O Positivismo na Escrita da Educação Brasileira**

José Gonçalves Gondra

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A história e um discurso em terceira pessoa (...) o discurso sobre o passado tem o estatuto de ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto que o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e os seus leitores, quer dizer, entre presentes. A coisa comunicada opera a comunicação de um grupo com ele mesmo pelo remetimento ao terceiro ausente que é o seu passado. O morto e a figura objetiva de uma troca entre vivos. Ele e o enunciado do discurso que o transporta como um objeto, mas em função de uma interlocução remetida para fora do discurso, no não-dito.

No modo dessas conjugações com o ausente, a história se torna mito da linguagem. Ela torna manifesta a condição do discurso: uma morte. Nasce, com efeito, da ruptura que constitui um passado distinto de seu empreendimento presente. Seu trabalho consiste em criar ausentes, em fazer, de signos dispersos na superfície de uma atualidade, vestígios de realidades "históricas" ausentes porque outras.

MICHEL DE CERTEAU

Analisa a primeira obra que tentou sistematizar a história da educação brasileira, a Histoire de l'Instruction Publique au Brésil (1500-1889): Histoire et Législation, escrita pelo médico José Ricardo Pires de Almeida, no último ano do Império. É, sobretudo, uma obra que enaltece os homens do

*Este trabalho foi desenvolvido ao final do curso "Teorias da história na história da educação", sob a responsabilidade da professora Clarice Nunes, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), e apresentado no 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em janeiro de 1996, em Lisboa, Portugal.

Imperio e seus grandes atos, enaltecendo, assim, o regime de Deus e do Rei. A forma como o autor escreve essa história contém, contudo, fortes marcas do pensamento positivista enquanto corrente historiográfica, refletindo as marcas do pensamento que louva a ausência de Deus e do Rei. A partir da análise dessa curiosa combinação, busca compreender os pressupostos teóricos que têm orientado a produção historiográfica da educação brasileira.

O que é um livro? Quem o escreveu? Quando? Por quê? Que significados e sentido o mesmo pode ter? Qual é a comunidade de leitores em potencial da obra?

Estas indagações podem funcionar como provocações, através das quais se pode iniciar a leitura de uma determinada obra.

Este trabalho se dispõe, inicialmente, a responder a essas questões ao tratar da obra *Histoire de l'Instruction Publique au Brésil (1500-1889): Histoire et Legislation*. Procuramos, contudo, também responder a uma outra indagação referente aos procedimentos metodológicos utilizados pelo autor na escrita dessa história.

Trata-se, portanto, de refletir sobre a obra, suas condições de produção, a comunidade de seus leitores potenciais, a ordem que a mesma procura instituir, bem como as marcas teórico-metodológicas que comparecem em sua escrita.

Os ausentes: obra e autor

O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação.

ROGER CHARTER

A obra aqui analisada foi escrita originalmente em francês e, um século depois, traduzida para a língua portuguesa pelo professor Antonio Chizotti, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

A tradução foi patrocinada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em uma série denominada "Memória da Educação Brasileira", destinada a editar originais importantes para o resgate da história da educação brasileira e pelo Programa de Co-Edição, que pretende viabilizar a edição de textos considerados relevantes para a compreensão e o desenvolvimento do processo educacional brasileiro, "embora julgados de reduzida demanda de mercado", segundo o que consta na apresentação do livro para a língua portuguesa.

Ainda segundo essa apresentação, a obra possui características peculiares que exigiram cuidados especiais em sua editoração, pois a mesma foi escrita em francês, com o objetivo, segundo o autor, de "escrever um livro e publicá-lo numa língua universalmente conhecida", tendo sido dedicada a Sua Alteza Real, Gastão d'Orléans, Conde D'Eu, Marechal do Exército Brasileiro, não escondendo, portanto, seu caráter laudatório e ufanista.

O tradutor, por sua vez, esclarece que a decisão de organizar a edição crítica da *Histoire de l'Instruction Publique au Brésil (1500-1889): Histoire et Législation*, de José Ricardo Pires de Almeida, surgiu no curso de suas investigações de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), deduz-se, sobre a instrução pública no Brasil, sendo o ano de centenário da obra considerado um momento oportuno para "oferecer um contributo aos educadores e divulgar" a primeira história sistematizada da educação brasileira e um tributo ao autor pelo empenho em registrar os fatos que fizeram os problemas de educação de sua época."

O autor, de sua parte, declara os objetivos que o levaram a editar a obra. Em primeiro lugar, divulgai os avanços da instrução no Império, partindo das ações do Estado: leis promulgadas em favor da instrução pública. Esta é, portanto, a ordem da decifração.

José Ricardo Pires de Almeida, o autor, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1843. Formou-se pela Faculdade de Medicina

do Rio de Janeiro, após estudar três anos de Direito em São Paulo. Trabalhou como comissário vacinador, arquivista da Câmara Municipal e adjunto da Inspetoria Geral de Higiene. Participou da Campanha do Paraguai como médico. Dedicou-se à literatura desde os 13 anos de idade, quando ainda era estudante. Colaborou em diversos jornais, tendo escrito a obra em estudo aos 46 anos de idade. Faleceu em 24 de setembro de 1913, com 70 anos (dados biográficos recolhidos por Nunes, 1995).

A sua produção escrita é bastante diversificada. A título de exemplo, no volume 2 da Coleção Pires de Almeida do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, encontramos recortes de jornal, onde o autor demonstra seu interesse pelas seguintes questões: a Santa Casa da Misericórdia, a emigração italiana, o Asylo dos Expostos do Rio de Janeiro, a economia doméstica, a Sociedade dos Amantes da Instrução, o carnaval (origem), a imprensa, o saneamento da cidade, a febre amarela, o corte das matas, as fábricas de tecidos no Rio de Janeiro e em suas províncias, o montepio civil, a escola de medicina nos tempos coloniais e o saneamento de Petrópolis.

O autor revela, assim, uma marca de seu tempo, no qual a especialização não se encontrava consolidada; um tempo em que o título de doutor (médico, engenheiro e advogado) autorizava seu portador a discursar sobre uma enorme diversidade de questões, como um intelectual polivalente e multidisciplinar.

Além desta polivalência, a intelectualidade, no final do século XIX, no Brasil, implicava falar de um determinado lugar: o lugar da elite branca, proprietária e letrada, com uma atitude intelectual característica; iluminista (Nunes, 1995).

É, pois, deste lugar, que foi produzida a primeira história sistematizada da educação brasileira. Um lugar freqüentado por poucos eleitos, tendo, dessa forma, excluído outros sujeitos, falas e ações presentes ao longo da história.

A obra em pauta é dedicada ao Conde D'Eu, um herói na concepção de Almeida (1989, p. 14), um dos seus eleitos e que mereceu, assim, ser inscrito e escrito na e pela história da educação.

A maneira simples, natural e desinteressada com que Vossa Alteza trata do bem público, a modéstia selando a mais exemplar generosidade não impede, ao seguir os atos de sua vida, reconhecer a existência de seu saber, a segurança de seu julgamento, a grandeza de sua alma, o valor de seu caráter e a proverbial bondade de seu coração. A estas virtudes, que são apanágios dos grandes príncipes, V. Alteza soube acrescentar as qualidades que fazem os heróis.

Nesta dedicatória, o autor identifica e ilumina o primeiro herói virtuoso do Império, a quem dedica uma grande veneração. Um herói militar a quem dedica a obra e a quem ele apresenta uma série de outros heróis ao longo do seu texto/discurso. A obra torna-se, por assim dizer, uma representação da ordem desejada pela autoridade a quem o livro foi dedicado e submetido.

O discurso da ordem

O livro possui uma ordem para sua decifração. Foi escrito com a clara intenção de enaltecer o Estado Imperial a partir dos aspectos relacionados à instrução pública, o que foi feito com o "patriótico desejo de suprir uma sensível lacuna existente nos livros dos escritores que se ocuparam do estado da instrução em diversos países do globo." (Almeida, 1989, p. 17).

A lacuna a que se refere diz respeito ao silêncio sobre o grande Império brasileiro e seus esforços no campo da instrução. É motivado por este dever, pela necessidade de reestabelecer a verdade baseada nos fatos, de que o Brasil é, certamente, dentre todos os países da América do Sul, aquele que maiores provas deu de amor ao progresso e à perseverança na trilha da civilização, que a obra é escrita.

A ordem imperial, no que se refere à instrução pública, encontra um registro ufanista, laudatório em relação às pessoas, aos fatos e aos progressos da instrução pública no Brasil, feito para francês ler.

Trata-se, portanto, de uma peça de propaganda do regime imperial escrita de um determinado lugar (o da elite branca e letrada) para outra elite (leitora de francês), isto é, para poucos leitores, visto que os índices de analfabetismo da população em geral eram superiores a 80%. Dentre os alfabetizados, deduzimos que o número de leitores em francês era ainda bem menor. Daí, discutirmos a idéia do autor em universalizar o texto a partir da escrita em um língua universalmente conhecida. Percebemos que sua intenção foi conformar nas elites nacionais e nos seus aliados, de dentro e de fora, um determinado modo de conceber a nação e o regime mais apropriado para esta; uma forma de configurar

o regime do Império como o regime mais adequado para a formação e a consolidação do Estado Nacional. Neste sentido, o texto produzido é destinado para um público interno extremamente limitado do ponto de vista quantitativo, sendo esse mapeamento, deste modo, voltado, sobretudo, para uma elite ligada à monarquia.

Aqui percebo que o discurso registrado pelo autor (e do autor) é o discurso da ordem vigente. Um discurso marcado pela divulgação dos fatos e homens do Império em seus grandes esforços para civilizar e construir o Estado Nacional pelo viés da instrução.

O discurso do autor procura representar, assim, o discurso do Estado Imperial. É a voz do dono (do Estado) registrada pelo dono da voz (aqueles que estão autorizados a registrá-la). Uma voz ecoa na outra e toma a forma de escrita. Assim sendo, contribui para reforçar a ordem monárquica.

O livro, finalmente, por sua vez, é autorizado e, em certo sentido, patrocinado pela ordem imperial, uma vez que não é simplesmente dedicado ao Marechal do Exército Brasileiro. O autor também demonstra estar "esperançoso de uma favorável acolhida" por parte deste marechal, isto é, submete seu texto a um representante dessa ordem.

O discurso da ordem imperial confunde-se com a ordem do discurso do autor. Esta última vai se desenvolvendo de modo a jogar um fecho de luz cada vez mais intenso nos atores do período final do Império, indicando, desta forma, uma visão progressista e evolucionista das ações da Monarquia. Um regime que, enfim, estava dando certo e que não havia, portanto, motivo para qualquer eventual substituição.

A ordem do discurso

O Dr. Pires de Almeida trabalha com três macroperíodos da história do Brasil: a) a Colônia; b) da Independência ao Ato Adicional de 1834 e c) do ato adicional até 1889. A terceira época é por ele subdividida em dois períodos, como forma de marcar etapas, que, em sua visão, indicam progressos no quadro

da educação; a saber: 1º Período - 1834 a 1856 e 2º Período - 1857 a 1889. Tal periodização indica uma valorização de eventos de natureza político-econômica, o que indicia o modo de conceber e registrar a história da educação por parte do autor.

A época colonial foi, para o Dr. Pires de Almeida, um tempo de confiança no clero secular por parte da Metrópole (Portugal). Apesar de não focalizar enfaticamente esse período, destaca a participação dos jesuítas no início do processo civilizatório brasileiro.

É incontestável que os jesuítas foram os primeiros educadores da juventude brasileira e foram também os pioneiros da civilização do país, onde lançaram os fundamentos de nosso edifício social, a base segundo a qual formou-se nosso espírito público (Almeida, 1989, p.25).

Os fundamentos do edifício social lançado pelos jesuítas são vistos pelo autor com uma dupla função: regular e instruir as populações deste país ou manter a fé dos colonos e seus descendentes nos limites da moral, da justiça e da humanidade. O sinal adversativo (ou) neste trecho é praticado como sinal aditivo (e), visando, deste modo, à formação de nosso espírito público. Formam, assim, o par "Fé e Moral" que norteou, então, as intervenções dos jesuítas.

O destaque nas intervenções é dado a dois padres da Ordem jesuíta: o Pe. Manoel de Nóbrega, que desembarcou em Salvador em 1549 com outros cinco jesuítas e o Pe. José de Anchieta, que desembarcou em São Vicente, em 1553, com mais outros seis jesuítas.

A partir deste momento e à semelhança do que fizera o Pe. Nóbrega, Anchieta funda escolas em todos os lugares onde se fixam os jesuítas, pondo assim à sombra do altar, símbolo da fé, o núcleo de onde saíria a civilização (idem, p.25).

A ação civilizadora dos jesuítas no Brasil deu-se mediante o binômio Fé e Instrução, nesta ordem. Os jesuítas foram, na ótica do autor, os primeiros heróis da instrução no Brasil. Vejamos como ele descreve José de Anchieta:

Quando se tem presente a coragem com que um frágil e intenso filho de Loiola devia estar animado, para penetrar sozinho e sem outras armas que sua fé e uma cruz, nas imensas florestas desconhecidas do Brasil, fica-se estupefato em presença

de semelhante heroísmo e o menos crente dos homens se inclina e se humilha diante de tais exemplos, que somente a religião de Jesus poderia inspirar e tornar possível, quando deu aos seus apóstolos a força de alma e a perseverante coragem, necessárias para levar à frente (idem, p.26).

Ainda nesta primeira época, o autor lembra a interrupção do trabalho dos jesuítas a partir da intervenção do Marquês de Pombal (Conde de Oeiras). Este foi um herói bem-intencionado, com boa vontade, mas que encontrou obstáculos intransponíveis à realização de seus grandes desígnios.

Não existia em Portugal, nem em seus domínios, um número suficientemente grande de pessoas seculares aptas para o ensino primário e, muitas vezes, nem mesmo para o ensino militar (idem, p.29).

A boa vontade de Pombal não se concretizou pela falta de pessoal que pudesse transformar o quadro da instrução pública no período colonial, que é assim descrito por Pires de Almeida:

Mas a instrução primária dada ao povo, às expensas do governo imperial, ficou muito abaixo do que se possa imaginar. Os estudos secundários somente poderiam ser seguidos nos seminários episcopais e em um pequeno número de seminários civis, onde se ensinavam aritmética, álgebra, geometria, latim e grego, retórica e um pouco de filosofia. Para continuar os estudos, era preciso atravessar o oceano e ir a Coimbra. Deste modo, muitos brasileiros, residentes em Portugal, chegaram a altos cargos, e um deles tornou-se ministro (idem, p.30).

Pombal é lembrado mais como um anti-herói pelo fato de ter expulsado os jesuítas, confiscados seus bens e pelo não reconhecimento do esforço que estes desenvolveram na educação das gerações do século XVIII, bem como pelo fato de não ter conseguido transformar os obstáculos que encontrou.

Assim, Pires de Almeida tensiona e reforça o caráter de anti-herói de Pombal, revelando, desta forma, sua opção pela instrução baseada na Fé e na Moral.

Dando continuidade a seu mapeamento, Almeida vai dando voz e vez a outros atores. Chega, assim, a D. João VI. A chegada da corte de D. João VI ao Brasil marca uma profunda transformação na história da educação brasileira.

Os feitos deste período foram os responsáveis pela construção da nacionalidade brasileira, na ótica de Pires de Almeida.

A chegada de D. João VI ao Brasil mudou completamente as condições do país, sob todos os aspectos e, com a abertura dos portos ao comércio internacional, começa verdadeiramente a constituição da nacionalidade brasileira (idem, p.41).

A fundação desta nacionalidade aparece, como indica Nunes (1995), sob o signo da abertura: dos portos, dos cursos, das academias, das bibliotecas, da imprensa e da ampliação da cultura, particularmente da música e do teatro. Este signo é consolidado com a abertura de arquivos, jardim botânico e museu.

Assim, D. João VI é apresentado como um construtor do homem brasileiro. Um herói que inaugura/funda um período próprio na história. É com esta intenção que Pires de Almeida discute a periodização corrente na historiografia, que reconhece dois reinados no Império (D. Pedro I e D. Pedro II). Na sua perspectiva, houve três reinados, sendo o primeiro deles aquele correspondente ao de D. João VI. Em suas palavras:

Não há brasileiro esclarecido que não admita D. João VI como o verdadeiro fundador do Império do Brasil, sob um outro título, é verdade, mas que não diminui em nada o mérito do vigoroso impulso que este monarca soube dar à civilização do país. Até D. João VI, o brasileiro não existia, era apenas um português nascido numa colônia; se quisesse instruir-se, chegar a ser alguma coisa, precisava ir a Portugal. Sob o governo paternal deste soberano, o brasileiro não se fez mais dependente de português, tornou-se cidadão do reino do Brasil (idem, p.50-51).

E complementa destacando a virtude de visionário de D. João VI e da elite do Império:

O projeto real previa implicitamente, nas suas duas primeiras classes, o ensino primário e muito mais ainda, o ensino industrial e agrícola, prático e teórico, obrigatório para os cidadãos, segundo sua destinação e aptidão. Não se descuidou da instrução secundária, nem do ensino superior. Tudo isto do futuro do povo brasileiro era uma garantia a mais para o futuro da unidade nacional e a prosperidade de uma grande nação. Em suma, vemos uma vez mais, nos soberanos e dirigentes do povo, o hábito dos grandes pensamentos, das visões largas, da visão de conjunto, a faculdade de sintetizar, nas medidas do presente, os desenvolvimentos possíveis do futuro (idem, p.51).

Para finalizar o retrato, este herói aproxima-se dos críticos da liberdade de ensino (a elite mais conservadora), defendendo a centralização do mesmo. Contrapõe-se, desta forma, aos liberais:

A regra, à uniformidade, veremos suceder a especulação abrindo internatos e externatos como os que existiam em certos condados da Inglaterra e que Charles Dickens pincelou com tanta energia e verdade: casas de educação onde as crianças morriam na miséria, onde matava-se alma e corpo. (...) A D. João VI devemos este benefício. Nada nos assegura que com a liberdade não teremos fabricantes de teoria para ensinar a juventude que Deus não existe, que a Moral e uma palavra sem sentido e a sociedade é um tema do qual não se trata de usufruir honestamente, mas de conquistá-la. Estamos disto seguros, eis o que produzirá a liberdade absoluta de ensino! (Nunes, 1995).

Outra vez Fé e Moral são aproximadas para servirem como o cimento da unidade nacional e a condição necessária para a prosperidade de uma grande nação: instrumentos para civilizar, para educar alma e corpo, mecanismos para uma necessária regeneração social.

Vemos, na questão do ensino, um embate que tem como pano de fundo a questão do nacional e do regional, a questão do Império e da República. Como monarquista, o autor combate, a partir da questão específica da instrução pública, a idéia de trabalhar com um plano descentralizado, regionalizado. Para ele, quem tem uma visão do "bem" são os soberanos e dirigentes. São estes os portadores da "boa nova". São os representantes da verdade. São estes, enfim, a representação e a encarnação do divino.

O retorno de D. João VI a Portugal provoca uma crise. Com ele, foram-se a vida e o movimento.

Parecia que tudo ia bem, prosperava tão depressa e prometia os mais felizes resultados. Tudo isto foi paralisado de repente, e um torpor apossou-se da alma da jovem nação, diante da dolorosa expectativa de voltar ao estado de colônia de Portugal (Almeida, 1989,p.54).

A crise estava, deste modo, instaurada. Um país sem seu herói. Um país com receio da fragmentação, de perder sua frágil unidade em uma conjuntura de guerras, de definição de Estados nacionais na América do Sul, mediante a demarcação do espaço físico. A unidade, diante de tanta adversidade, só foi

assegurada porque um determinado modo de pensar foi moldado na (e pela) época de D. João VI:

Um único pensamento dominante: manter a autonomia deste vasto território e conservar a posse exclusiva para seus habitantes, a qualquer preço (idem, p.55).

Foi desta forma que Pires de Almeida registrou a história da instrução pública. Procurou identificar os feitos e seus autores, focalizando-os a partir de uma visão heróica. Os homens que construíram o edifício social brasileiro foram, sobretudo, os homens da elite. Homens imbuídos de boa vontade, coragem, determinação e preocupação com seu povo. Homens bons, virtuosos.

Assim, o autor registra o período compreendido entre a Independência e o ato adicional, procedendo a um levantamento de leis produzidas pelo Estado e analisando seu impacto na instrução pública. Em seguida, dedica-se à época compreendida entre o ato adicional e 1889, que é subdividido em dois períodos, conforme sinalizamos anteriormente.

Outra vez o autor busca, exclusivamente, na ação do Estado Imperial, elementos para escrever a história. Vale-se, fundamentalmente, das ações do legislativo e do executivo, dedicando-se a realçar os homens e seus feitos, que constituem, para ele, os dados que alimentam sua escrita.

O embate subjacente ao seu registro é com as idéias republicanas. O autor constrói seu texto polarizando Império e República de forma maniqueísta, reproduzindo em sua escrita a disputa do bem (aí representado pelo Império) contra o mal (a República). Não trabalha com qualquer possibilidade de cruzamento e/ou de fertilizações recíprocas entre as duas idéias, conforme a terminologia de Lowy, e que, de acordo com Mattos (1994), foi uma forte marca no processo de formação do Estado Imperial.

Mas o que poderíamos esperar desta obra? Uma obra escrita por um monarquista, dedicada a uma autoridade do Império, escrita como peça de propaganda deste regime, não poderia indicar compromissos muito diferentes dos que apresentou: um conteúdo que enaltece, sobretudo, a Fé e a Monarquia, o regime de Deus e do Rei.

Façamo-nos uma interrogação de outra natureza: Como a obra foi escrita? Que marcas orientaram sua escrita?

É este outro aspecto que me proponho a analisar a partir deste momento, de modo a problematizar a relação entre o conteúdo da escrita e os procedimentos teórico-metodológicos que a orientaram, trabalhando com as aproximações e distanciamentos entre um e outro.

As conjugações com o ausente: o modo de escrever a história

Há diferentes modos de conceber e de registrar a História, os quais podem ser agrupados em quatro grandes correntes teóricas: Positivismo, Historicismo, Marxismo e História Nova.

Cada uma destas correntes possui matizes, cruzamentos, áreas de aproximação e distanciamento e leituras diferenciadas, com as quais não trabalharemos neste texto, posto que este não é nosso objetivo. Procuraremos, por outro lado, acentuar a teoria que, a nosso ver, orientou mais fortemente a escrita desta obra de Pires de Almeida: o Positivismo.

A teoria positivista foi organizada no final do século XIX, na Europa, após a derrota do pensamento iluminista, que, por sua vez, foi provocada pela ausência de concepções científicas. (Gadotti, 1993, p. 108). A teoria ganhou maior densidade e sistematização na obra de Augusto Comte (1798-1857). Uma verdadeira ciência, segundo este pensador, deveria analisar todos os fenômenos da natureza, e mesmo os humanos, como fatos.

Necessitava ser uma ciência positiva. Tanto nas ciências da natureza quanto nas ciências humanas dever-se-ia afastar qualquer preconceito ou pressuposto ideológico. A ciência precisava ser neutra. Leis naturais, em harmonia, regeriam a sociedade. O positivismo representava a doutrina que consolidaria a ordem pública, desenvolvendo nas pessoas a sábia resignação ao seu *status quo*. Nada de doutrinas críticas, destrutivas, subversivas, revolucionárias, como as do Iluminismo da Revolução Francesa ou as do socialismo. Em poucas palavras: só uma doutrina positiva serviria de base de formação científica da sociedade (idem).

Esta forma de pensar o homem, o processo de construção do conhecimento e sua relação com a natureza e a sociedade trouxe conseqüências para a metodologia da pesquisa, especialmente nas chamadas ciências sociais. O rebatimento para o campo das ciências sociais foi sintetizado por Lowy (1985) em três grandes pilares: a) a sociedade humana é regulada por leis naturais, o que pressupõe uma harmonia natural que, de sua parte, conduziria a uma harmonia social; b) a metodologia aplicada pelas ciências naturais deveria ser a mesma para as ciências sociais e c) o modelo de objetividade científica das ciências naturais deveria ser o mesmo para as ciências sociais. Estas devem, portanto, subtrair o conjunto de valores ou opções ideológicas, designados como prejuízos, pré-noções ou pré-conceitos.

As ciências da natureza consideradas como objetivas e neutras foram elevadas à condição de modelo universal, um grande paradigma a ser seguido pelas áreas do conhecimento que almejassem o estatuto de científicas.

Collingwood (1946)¹ considerava que os positivistas, todavia, tinham uma noção própria e superficial das ciências da natureza, pois julgavam que estas consistiam em duas coisas: em primeiro lugar, determinar os fatos; em segundo lugar, estabelecer leis. Os fatos eram determinados imediatamente pela percepção sensorial. As leis eram estabelecidas, então, a partir da generalização feita com os dados, pelo mecanismo da indução.

Quais foram, então, o impacto e o efeito desta concepção para a história e a historiografia? Collingwood (1946, p.203) diz que a partir desta teoria surgiu uma nova espécie de historiografia, por ele denominada de *historiografia positivista*:

Lançando-se com entusiasmo à primeira parte do programa positivista, os historiadores meteram ombros à tarefa de determinar todos os factos que pudessem.

A história seria, assim, uma grande coleção de dados e fatos, e o historiador, por conseqüência, seu coletor. Este procedimento dos historiadores

¹R.G.Collingwood é um autor inglês que pertence à corrente teórica do historicismo. É desse lugar que é feita, portanto, uma leitura do positivismo enquanto corrente historiográfica. Trabalhamos com este autor tendo em vista o seu esforço em sistematizar uma discussão sobre o impacto do positivismo no campo da História.

incrementou o conhecimento historiográfico pormenorizado. Foi a época de enriquecimento da história, por meio de compilação de enorme quantidade de material cuidadosamente peneirado. Além deste aspecto, Collingwood reconhece no positivismo, enquanto corrente historiográfica, outros seis aspectos que aqui sintetizamos.

1. A tarefa do historiador seria a de descobrir os fatos respeitantes à vida humana, cabendo ao sociólogo descobrir, posteriormente, as conexões causais entre esses fatos. O sociólogo seria uma espécie de super-historiador, fazendo ascender a história à categoria de ciência, ao pensar cientificamente sobre os mesmos fatos acerca dos quais o historiador pensava apenas empiricamente.
2. Reforço da idéia evolucionista de história a partir da contribuição de Darwin, que reivindicou para as ciências da natureza um certo movimento e dinamismo, aproximando-a, assim, do objeto da história. Com Darwin, o ponto de vista científico capitulou em relação ao histórico, passando ambos a conceber como progressivo o seu objeto. Com isto, o termo evolução passou a ser utilizado como um termo que abrangia quer o progresso histórico, quer o progresso natural.
3. Novo método no uso das fontes, ou seja, o método da crítica filológica, que consistia em duas operações: em primeiro lugar, a análise das fontes, nas suas partes componentes, distinguindo nelas os elementos mais próximos e mais recuados no tempo, o que permitia ao historiador identificar o que era mais ou menos digno de confiança e, depois, a crítica interna das partes mais dignas de confiança, mostrando como o ponto de vista do autor afetava o seu modo de apresentar os fatos, permitindo, assim, ao historiador, tomar em consideração as deformações produzidas.
4. Concepção de fato histórico como fato individual.
5. História de eventos externos e não do pensamento oriundo desses eventos, decorrente da recusa do historiador em julgar os fatos.
6. Os fatos são empíricos e perceptíveis à medida que se manifestam.

Collingwood problematiza as idéias do positivismo afirmando que na história a palavra fato traz consigo um significado muito diferente. Não é um processo de interpretar os dados, de acordo com um complicado sistema de regras e hipóteses. Uma teoria do conhecimento histórico descobriria o que são essas regras e essas hipóteses, perguntando em que medida elas são necessárias e legítimas. Tudo isto foi desprezado pelos historiadores positivistas, que, assim, nunca fizeram a si mesmos as difíceis perguntas: *Como é possível o conhecimento histórico? Como e em que condições pode o historiador conhecer fatos que - tendo desaparecido e sendo impossíveis de recordar ou repetir - não podem ser, para ele, objeto de percepção?* Para Collingwood, os positivistas estavam impedidos de fazer tais perguntas por causa de sua falsa analogia entre fatos científicos e fatos históricos. Ainda em função dessa falsa analogia, interpretaram sempre mal a natureza dos fatos históricos, distorcendo o trabalho da investigação histórica.

Considerando estes aspectos que Collingwood apresenta sobre o impacto do pensamento positivista na historiografia, vamos analisar os procedimentos adotados por Pires de Almeida na sua escrita. Ele se dispõe a narrar a história da instrução pública no Brasil. Para tanto, vale-se das fontes governamentais e de levantamentos estatísticos pormenorizados. Apresenta-os sem se preocupar com a procura de leis gerais, sem problematizar a origem dos dados, quem os produziu e com que interesses. Trabalha como se os dados retratassem fielmente a realidade da instrução pública no Brasil. Quando discute a veracidade de um determinado dado, o faz em relação aos dados da república argentina:

Quando comparam a Argentina com o Brasil, parece haver sempre um preconceito contra o Império. Para descaracterizar a pretensa superioridade da República Platina, basta analisar a estatística platina de 1887 e a estatística brasileira de 1884; a diferença cresce ainda mais ao se observar que os dados argentinos incluem escolas que têm apenas existência legal, sem realidade efetiva (Almeida, 1989, p. 17).

Ao indicar que os dados da república platina não traduzem a realidade, não são confiáveis, o autor procura reforçar o poder de fotografia, de retratação, dos dados por ele utilizados e, conseqüentemente, de suas fontes. Esses dados são, por sua vez, absolutamente fidedignos, que "falam" do esforço do Império

no campo da instrução. Indiretamente, deixa transparecer que o regime imperial é digno de maior confiança do que o republicano, bem como os dados por ele produzidos.

A história para os positivistas é entendida como uma ciência de eventos externos, que não deve conter qualquer vestígio do pensamento, juízos, expectativas e ideologia, seja de seus atores, seja de quem se dispõe à tarefa de registrá-la. Deve ser, na linguagem médica, uma ciência higienizada, asséptica, descontaminada. Objetiva e neutra, portanto, e deve referir-se, exclusivamente, a fatos perceptíveis à medida que se manifestam.

Em relação a estes aspectos, encontramos uma ambigüidade em Pires de Almeida. Na sua escrita, a história é apresentada de forma higienizada, e seus heróis agem sem intenções políticas e/ou paixões. Ao se referir à direção dada por D. João VI, declara que esta foi

Uma direção salutar, colocada acima e fora das influências políticas e das paixões passageiras de uma opinião isolada (Almeida, 1989, p.51 -52).

Apesar de propalar uma objetividade e uma neutralidade na sua história, concordamos com Nunes (1995, p.8), quando afirma que a empreitada de escrever 1.102 páginas (na edição original) é a tentativa de o autor derrubar o preconceito contra o Império, o que faz com que sua obra esteja "visceralmente comprometida" com o ideário desse regime.

Observamos, portanto, uma fala bipartida que objetiva fazer com que seu conteúdo seja encarado como descomprometido, isento de valores, ao mesmo tempo em que mascara, oculta, encobre seu compromisso na suposta neutralidade de seus fatos e dados.

Um outro aspecto presente na obra de Pires de Almeida refere-se ao reforço da idéia evolucionista da história, refletindo assim uma influência do darwinismo. Com o impacto da obra de Darwin, a velha idéia de natureza como um sistema imutável e estático foi abandonada e o antagonismo entre natureza e história, posto até aquela época, foi revisto, ambas procurando conceber o seu objeto como progressivo.

A obra de Pires de Almeida reflete esta concepção, posto que a ênfase que o autor dá as épocas com as quais trabalha vai apontando para um progresso

da história da instrução pública, ao longo do tempo. Isto está presente, inclusive, no número de páginas destinadas a cada época analisada, conforme podemos observar: Colônia, 9; Época de D. João VI, 9; da Independência aos nossos dias: 1ª Época (1822-1834), 9, e 2ª Época- 1º período (1834-1856), 34, e 2º período (1857-1889), 210.

Em cada um dos períodos definidos por Almeida (1989, p. 135-137), percebemos um movimento do autor na identificação dos representantes do Estado (conselheiros, diretores, ministros) e suas ações para eliminar a fonte dos vícios, das misérias e dos crimes atribuídos, sobretudo, à ignorância e à falta de instrução.

O maior destaque é dado ao período compreendido entre 1857 e 1889, período contemporâneo do autor. Ao tratar desse período, ele destaca algumas tensões que o marcaram, como, por exemplo, a questão do ensino obrigatório, a liberdade do ensino, a formação de professores e o ensino feminino, indicando as posições e as ações do Estado, descrevendo pormenorizadamente as reformas empreendidas, bem como seu impacto no progresso da instrução pública.

Nesse período, o autor realça a participação do conselheiro João Alfredo, ministro da instrução pública do Império, e de seus sucessores. Assinalando a ação desse conselheiro no progresso da instrução, Almeida (1989, p. 176) diz:

Predestinado pela sorte, ou, antes, pela Providência, depois de ter elevado a um grau até então desconhecido o desenvolvimento da instrução pública no Império, o Conselheiro João Alfredo foi recolocado na direção dos negócios públicos.

E continua:

Vê-se por tudo que precede quanto tem sido fecundo, para o Brasil, o ministério do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Este grande cidadão deixou um traço luminoso, que seus sucessores descortinaram e que seguiram de perto, para o maior bem da nação brasileira.

Com esta forma de narrar, Almeida vai construindo uma idéia de que as políticas do Estado Imperial para o setor educacional produziram uma evolução sem precedentes do quadro desse setor. Com isto, produz um efeito tanto na concepção da história da instrução, que segue uma trajetória progressiva desde a Colônia, como, também, uma crença no Império.

Um outro aspecto do positivismo, enquanto corrente historiográfica, possível de ser vislumbrado nesta obra de Almeida, refere-se ao tratamento predominantemente quantitativo e descritivo que o autor dedica aos dados. Este aspecto aparece seja no número de tabelas presentes no livro (46, no total), onde ele procura mostrar, tornar perceptível, o impacto de uma ou outra reforma, bem como na apresentação de textos de lei (29 ao todo).

Na perspectiva positivista, podemos perceber uma preocupação de Pires de Almeida, quase exclusiva, com a prova, com o pormenor. Com isto, seu procedimento se aproxima do das ciências da natureza. Entretanto, a coleta de fatos e evidências, no seu caso, concorrem para a produção de uma lei geral. Os fatos arrolados pelo autor são organizados e apresentados de modo a induzir o leitor a construir uma visão positiva do Império. Este é um argumento ideológico que pode ser extraído da leitura da obra. Assim, o autor exerce, em certo sentido, a tarefa de super-historiador, e escapole da visão de Collingwood do positivismo enquanto corrente historiográfica. A prioridade do empírico, do factual, do visível concorre para a geração e a confirmação de um argumento ideológico que faça o reconhecimento do Império como o regime que construiu a nacionalidade brasileira e aquele que mais se preocupou com a regeneração social.

Outros vestígios

A obra de Pires de Almeida é bastante densa e, provavelmente, possibilita outras entradas e aberturas, outras leituras que podem ser bastante enriquecidas ao se desenvolver, por exemplo, uma interlocução com outras obras do autor.

Entretanto, para finalizar, assinalaria um curioso amálgama de idéias aparentemente distintas contido nessa obra. Como vimos, a obra é um reconhecimento ufanista e laudatório de homens e obras do Estado Imperial; um regime de Deus e Rei. Contudo, em sua escrita, detectamos traços do positivismo enquanto corrente historiográfica. Traços de uma matriz conceitual que aponta para um regime sem Deus nem Rei.

O Positivismo entrou no Brasil na segunda metade do século XIX através de positivistas independentes, que faziam uma leitura mais flexível de Comte e do apostolado positivista, que desenvolvia uma leitura mais ortodoxa. Os positivistas independentes foram, na visão de Lins, os responsáveis pela criação de um ambiente, naquele tempo, saturado de positivismo. Sobre esta filosofia, diz Lins (1964, p.564):

Como sistema filosófico, político, social, educativo ou religioso propõe-se, na verdade, o Positivismo a reorganizar a sociedade sem Deus nem Rei, através da ciência e do predomínio da fraternidade universal.

Esse plano de reconstrução da sociedade sobre bases científicas deveria ser o ponto de partida imprescindível para toda a renovação social e moral visada pelo sistema. A questão da religião deveria ser substituída por uma nova religião, uma religião que seria, nesta perspectiva, a fraternidade universal.

Neste sentido, percebemos uma outra aproximação entre Pires de Almeida e o Positivismo quando, ao longo de seu texto, ele aponta para a instrução como instrumento para civilizar, para reordenar e regenerar a sociedade. O distanciamento, neste caso, fica por conta da concepção de religiosidade de Pires de Almeida e do Positivismo, embora ambas sejam entendidas como veículos para a construção de uma harmonia e da paz social.

Percebe-se, portanto, a existência de aproximações entre o conteúdo e os procedimentos na escrita da obra e o pensamento positivista menos ortodoxo. De outra parte, percebe-se um distanciamento no que se refere aos regimes políticos que contribuiriam, mais eficazmente, para a constituição de uma ordem e de uma sociedade regeneradas, um corpo social sadio. Para Pires de Almeida, o regime de regeneração social é o Império, de Deus e do Rei. Para o Positivismo este regime seria a República; sem Deus nem Rei.

Assim sendo, explico o título e a interrogação presentes neste trabalho. A historiografia da educação brasileira de caráter positivista, representada, aqui, por esta obra de Pires de Almeida, cruza-se com o Império e, em certo sentido, é utilizada para defender um regime ao qual o Positivismo se opõe enquanto filosofia

A existência dessa área de interseção problematiza tanto a leitura como a escrita da história e nos impõe uma fascinante tarefa: a de exercer com liberdade e rigor a condição de leitores e de produtores da história, que pode nos levar a superar rótulos fáceis e redutores e clichês padronizados tão freqüentes na história e na historiografia da educação brasileira.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil, 1500-1889*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

COLLINGWOOD, R.G. *A idéia de história: divulgação e ensaio*. Lisboa: Presença, 1946.

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1993.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1964.

LOWY, Michel. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.

MATTOS, limar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1994.

NUNES, Clarice. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.93, p.51-59, maio. 1995.

Recebido em 27 de fevereiro de 1996.

José Gonçalves Gondra, doutorando em História da Educação e Historiografia pela Universidade de São Paulo (Usp), é professor assistente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

This text analyzes the first book that tries to systematize the history of the Brazilian education: Histoire de l'Instruction Publique au Brésil (1500-1889): l'Histoire et Législation, written by José Ricardo Pires de Almeida, Md. during the last year of the Empire, in 1889. It is, above all, a study that praises the men of that historical period as well as their great contributions to it. It praises, then, the regime of God and King. The way in which the autor writes the history, has strong ties to Positivism as a historiographie current. Dr. Pires de Almeida's book reflects, then, the signs of a thought that praises the absence of God and Kings. In this article, I then try to analyze this interesting combination found in this book and, thus, further into to understanding of the theoretical concepts which are used to support the production of books on the History of the Brazilian education.

Dans ce texte, j'analyse le premier ouvrage qui essaie de systématiser l'histoire de l'éducation brésilienne. Il s'agit du livre Histoire de l'Instruction Publique au Brésil (1500-1889): Histoire et Législation écrit en français par le médecin José Ricardo Pires de Almeida, en 1889, la dernière année de l'Empire. Il est surtout une écriture qui exalte les hommes de l'Empire et ses grands mérites. Il vante en effet le régime de Dieu et des Rois. Cependant, la manière dont l'auteur écrit l'histoire tient des traces bien fortes de la pensée positiviste, en tant que courant historiographique. Il montre à ce niveau les marques d'une pensée qui exalte l'absence de Dieu et des Rois. Dans cet article, je développe un effort d'analyse de cet curieux amalgame contenu dans cet ouvrage, et, de cette façon, je cherche avancer vers la

compréhension des présuppositions théoriques qui ont dirigé la production historio graphique de l'education brésilienne.

El artículo analiza la primera obra que tenta sistematizar la Historia de la Educación Brasileña. Tratase del libro Histoire de l'instruction publique au Brésil (1500-1889) : Histoire et Législation, escrito en francés por el médico José Ricardo Pires de Almeida, último año del Império. Esta é, sobretudo, una escrita que enaltece los hombres del Império y sus gran actos. Enaltece, así, el regime de Dios y Rei. La forma como el autor escribe la historia, con todo, contien fuertes marcas del pensamiento positivista mientras que corriente historiográfica. Reflete, por consiguiente, en éste nivel las marcas del pensamiento que louva la ausencia de Dios y Reys. En éste artículo desarrollo un esfuerzo en la análise de ésa curiosa combinación contida en ésa obra y, así, procuro avanzar en la comprensión de los presupuestos teóricos que han orientado la producción historiográfica de la educación brasileña.